BOLETIM 5

# PROEALC

Centro de Ciências Sociais / CCS - Março-Abril de 2002 - ISSN 2175-9103 11

## Boletim Número 11
## Data: Março-Abril/2002

## EDITORIAL

O décimo primeiro número do Boletim PROEALC, segundo do ano de 2002, apresenta reportagens sobre a Argentina e a Venezuela, entrevista com o MST e notícias que tentam demonstrar, dentro dos limites do nosso espaço editorial, o grave momento que vive a América Latina, sobretudo através das experiências recentes de alguns países.

O que a equipe do PROEALC tenta ressaltar através dessa edição é que o que ocorreu recentemente na Venezuela requer um exame muito cuidadoso, não apenas pelas implicações sobre o processo político local, como também pelas avaliações que nos fornece sobre as conseqüências impostas pela globalização a que fomos submetidos de acordo com os interesses imperialistas. O que se assiste hoje através da experiência vivenciada por esse país é a seriedade que as massas latino-americanas atribuem a seu jogo democrático. É necessário não perdermos de vista que é a primeira vitória das massas populares na América Latina em muitos e muitos anos. Isso é muito mais importante que todos os diversos elementos presentes na cena venezuelana, incluindo o próprio Chávez. Essa vitória não é só importante para que a democracia vença na Venezuela, mas, sobretudo, porque essa experiência poderá constituir-se num prelúdio e no símbolo do começo de um novo horizonte para as vítimas da voracidade capitalista neoliberal e da imposição do imperialismo global.

A América Latina é hoje um espaço em que a democracia tem sofrido diversos ataques e o seu povo tem buscado reagir de diferentes formas. A Argentina, como mencionamos no número anterior, foi palco de uma das maiores rebeliões dos últimos anos na região. A rebelião foi um grito dilacerado de um povo cansado de ser explorado, de um povo com fome, desespero, raiva, indignação. Um povo desarmado, destruído, desencantado, que se lançou à cena para resolver urgências inadiáveis, que são a garantia mínima de cidadania e convivência democrática. A conflitividade social latino-americana recente tem demonstrado que existem forças indignadas com a tragédia promovida pelo neoliberalismo na região, existem forças que não se rendem ao imperialismo, que lutam, que buscam a construção de uma sociedade menos desigual e democrática. No Brasil o Movimento dos Sem Terra, ao longo dos anos tem se configurado como uma dessas forças tão necessárias à nossa América Latina.

**Silene de Moraes Freire**

## *Em Foco I*

### Chávez: "Gloria al Bravo Pueblo"... e o desagrado das elites e do imperialismo

***Aline S. de Assis, Douglas R. Barboza e Viviane P. da Costa****

A mérica Latina, atualmente, tem vivido um ciclo de instabilidade política, caracterizada por grandes manifestações de rua, desprestígio dos partidos políticos e diminuição do interesse dos militares pelo poder. A primeira crise desse novo ciclo ocorreu no Paraguai, em 1999, decorrente de uma disputa interna do Partido Colorado – que culminaria com o assassinato do vice-presidente, Luis Maria Argaña. Três dias depois do

crime, imputado ao general Lino Oviedo, o povo tomou as ruas de Assunção. Na repressão aos protestos, sete pessoas foram mortas e o então presidente Raul Cubas foi obrigado a renunciar. Em janeiro de 2000, no Equador, ocorreu a deposição do presidente Jamil Mauhad, depois de uma insurreição das comunidades indígenas apoiada pelos militares. Na Argentina, no fim do ano passado, três presidentes se sucederam na Casa Rosada depois da renúncia de Fernando de La Rúa, ao ritmo dos inúmeros "panelaços" organizados pela classe média. Não se pode esquecer do conflito travado na Colômbia, com a participação ativa das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). Recentemente, ocorreu, na Venezuela, a deposição do presidente Hugo Chávez, três anos antes do fim de seu mandato, fruto de uma aliança entre empresários, dirigentes sindicais tradicionais, meios de comunicação, Igreja e militares descontentes.

Hugo Chávez foi eleito com 70% dos votos populares e respeitou os trâmites institucionais da democracia liberal – fez políticas sociais redistributivas, reformou a Constituição, submeteu-se às eleições e plebiscitos, fez aprovar leis no Parlamento. Começou a delinear mudanças estruturais a partir de um pacote de medidas aprovadas pelo Parlamento, que apontavam desde a profunda reforma agrária, passando por uma série de setores, inclusive o petrolífero e o pesqueiro. Vale mencionar tais medidas: a primeira apontava para o fim do latifúndio, quando, no país, 70% das terras estão em poder de 3% de proprietários e somente 4% são cultivadas; a segunda lei garantia o controle do Estado sobre pelo menos 51% das associações feitas com o setor privado da empresa venezuelana de petróleo; a terceira, lei de pesca, fixava em três milhas a partir da costa o espaço marítimo exclusivo para os pescadores artesanais (garantindo 70% do pescado para consumo da população e estabeleceu normas e impostos mais claros para as grandes empresas; a quarta lei garantia a utilização dos bancos estatais para créditos a pequenas empresas, fora das altíssimas taxas de juros dos bancos privados; a quinta lei dispunha sobre a utilização de zonas costeiras, evitando a especulação imobiliária e estabelecendo normas em relação ao meio ambiente.

Essas mudanças desagradaram setores econômicos internos e externos – Chávez começou a incomodar a nova ordem mundial, sobretudo os EUA, ao promover reformas que privilegiavam os venezuelanos e não a elite – que desencadearam um processo de desestabilização do governo de Chávez, por parte do empresariado e com o apoio dos EUA, acompanhado de fuga de capitais, boicote econômico e baixa do preço do petróleo. Não havendo meios de se promover uma invasão na Venezuela, a exemplo do que foi feito na Colômbia (com a justificativa de combate ao narcotráfico), já que Chávez fora eleito num processo limpo, foi patrocinado um golpe de direita, juntando militares e empresários, para derrubar o presidente venezuelano.

Nesse esquema de desestabilização sofrido por Chávez há três anos, teve grande participação a mídia, deturpando a imagem do governo do presidente, inclusive internacionalmente. No Brasil, por exemplo, houvera até mesmo uma série de reportagens sobre a Venezuela, apresentando o governo como causador dos grandes males do país (comparando-o ao "perigo vermelho" de Fidel Castro), como se no Brasil não pudesse ser questionada a forma como Fernando Henrique Cardoso vem governando o país, podendo-se constatar, segundo Francisco de Oliveira, que os maiores índices de desemprego aberto foram alcançados durante o seu governo, mantendo-se irredutíveis desde 1997. Que democracia é essa onde os cidadãos perdem, diante do crescimento constante do setor informal de trabalho, sua identidade legitimada pela carteira de trabalho?

Até mesmo as manifestações do povo nas ruas, as quais resultaram na volta do presidente ao poder, foram obscurecidas pela mídia: o Hino Nacional, entoado a plenos pulmões em frente ao Palácio presidencial Miraflores, tornou-se um grito de guerra para o povo, que, com seus braços estendidos e espremidos por entre as grades, choravam e gritavam pelo retorno de Chávez. Esta parcela da população venezuelana, constituída essencialmente de campesinos e excluídos, e que desceu da periferia de Caracas para se concentrar em frente ao Palácio - unindo-se às outras diversas mobilizações populares que se generalizaram pelo país - não teve o seu lugar de destaque na ampla divulgação dos meios de comunicação. Este boicote da grande imprensa, acerca dos reais fatos que configuraram o golpe e o contragolpe no país, demonstra os interesses econômicos e políticos que cercam o setor midiático de algumas nações. Acostumados a manipular presidentes e construir seus impérios em acordo com os governos vigentes, a imprensa distorce fatos e omite informações com o intuito de criar uma falsa conscientização da população para atender aos seus interesses empresariais, promovendo uma obstinada ação terrorista contra todo e qualquer sistema que contrarie suas pretensões.

O contragolpe foi se configurando com a organização das bases de apoio a Chávez e com a rebelião dos militares que lhe eram fiéis (onde uma rede de comunicação basicamente composta por internet e celulares foi essencial para a troca de informações). Em meio ao contragolpe, televisores e jornais foram cercados por populares, militantes e militares de Chávez. Enquanto a população invadia o Palácio Miraflores, o parlamento

reivindicava o direito do vice-presidente a assumir o governo, e mesmo a Organização dos Estados Americanos (OEA), condenando o golpe, reafirmava o direito institucional do governo do presidente venezuelano, numa pressão que culminou na renúncia do recém empossado Pedro Carmona, e no retorno de Chávez ao comando do país. Ao contrário do dia da marcha, nada foi exibido pelas televisões, e a Venezuela não soube o que se passava enquanto o neo-governo perdia o poder.

Tendo as digitais do governo dos EUA (não tão explícitas quanto às deixadas na intervenção na Colômbia; ou no caso do Chile, de Allende), o breve golpe de estado que derrubou Chávez e elegeu como novo chefe de governo o empresário Pedro Carmona Estanga, precipitou-se em erros cruciais que determinaram a sua queda, como a posse ilegal no lugar do vice-presidente, a revogação da constituição em vigor e o fechamento do parlamento. Apropriando-se de um eufemismo dissimulado, a imprensa tratou o golpe como um abandono, uma renúncia de Chávez ao governo; um resgate da democracia através de uma "reação popular" encabeçada por empresários e ricos proprietários do país (como se uma "reação popular" liderada pelos ricos não fosse uma situação, no mínimo, paradoxal).

O apoio de Washington ao golpe - que tem em suas raízes o petróleo, a ideologia dos negócios e a geoestratégia para as Américas - ficou evidente com a revelação da visita a Washington, em dezembro de 2001, dos generais Ramírez Poveda e Efraín Velazco (ambos ex-alunos da Escola das Américas, em Fort Benning, tristemente famosa por formar ditadores e ensinar técnicas de tortura), que procuraram setores do governo dos EUA em busca de apoio para um golpe. Soma-se a este fato a informação de que, na noite da rebelião, no 5º andar da sede do Comando Militar, esteve pelo menos um militar dos EUA; sem contar com a imediata postura do FMI, em proporcionar toda a ajuda necessária ao novo governo venezuelano.

Com base na experiência vivida na Venezuela, podemos tirar algumas conclusões relevantes. De acordo com o professor Emir Sader, em artigo publicado no Jornal do Brasil, independentemente dos erros de Hugo Chávez, é essencial perceber que "todo governo que se opôs aos EUA no continente – salvo o de Cuba que, mas que um governo, instalou novo poder – caiu''. Outra análise, que também requer destaque deste professor, é que "se as normas que as elites latino-americanas estabeleceram para definir uma democracia valem, então nenhum governo eleito democraticamente pelo voto popular pode ser derrubado, inclusive o governo Chávez''. A democracia foi ferida quando foram utilizados e apoiados esquemas autoritários para afastar um governo que tenta fazer da Venezuela um país independente em relação aos interesses políticos e econômicos norte-americanos. A única certeza é que, para a grande maioria da população, o bolivarianismo presente na ideologia de Chávez significa a Venezuela deles, dos pobres, que continuam alimentando seus sonhos e suas esperanças através das palavras de seu Hino Nacional: "(...) gloria al Bravo Pueblo / que el yugo lanzó / la ley respetando la virtud y honor".

* graduandos da FSS/UERJ e bolsistas do PROEALC.

## *Em Foco II*

### Um Povo que reaprendeu a Lutar

***André Felipe Carvalho Silva****

A eclosão das massas como coadjuvantes da história na Argentina tem uma data fixa: 17 de outubro de 1945, quando dezenas de milhares de pessoas confluíram para a Praça de Maio, exigindo a libertação de seu líder, Juan Domingo Perón. Quando liberado, Perón surgiu no balcão da Casa Rosada consagrado presidente. Em maio e junho de 1989, o povo voltou a se manifestar e invadir supermercados em decorrência da repentina queda do poder aquisitivo das populações de periferia das grandes cidades.

A rebelião ocorrida agora foi um grito dilacerado de um povo com fome, desespero, raiva, indignação. Um povo desarmado, destruído, desencantado. A rebelião marchou enraivecida pelas ruas, tirou as pessoas de casa. Fez com que elas se tornassem novamente povo, fazedor de sua própria história ou, pelo menos, de fragmentos dela.

Vários setores da população, como jovens que não ingressaram no mundo do trabalho, movidos por diferentes razões de indignação, lançaram-se à cena para resolver urgências inadiáveis ante uma política econômica excludente e marginalizadora que tem como outra face a superconcentração capitalista.
No caso dos trabalhadores mobilizados, vários fatores estavam em jogo: desde a perda progressiva de postos de trabalho e do poder aquisitivo dos salários até o fato de que, em muitos casos, não recebiam salários há meses ou estes ficavam retidos parcialmente pela bancarización. A perda dos bônus de férias para a maioria dos trabalhadores contribuiu para o acirramento dos ânimos.

As classes médias saíram às ruas fartas dos saques a seus salários, a suas economias, e devido à situação de instabilidade gerada a partir das últimas medidas tomadas pelo ex-ministro Domingo Cavallo. Tais fatos, mais o desrespeito à Constituição no decreto de Estado de Sítio por 30 dias anunciado por De La Rúa, aniquilou o Estado democrático de direito desses setores e incendiaram os ânimos. Já os mais pobres há tempo sofriam sistematicamente com a repressão.

A onda de protestos ganhou força de norte a sul da Argentina. A situação se tornou dramática. Agora aqueles que se negam a continuar comendo promessas, que foram despojados de seus salários e de suas aposentadorias, que tiveram suas economias de toda a vida roubadas, jovens que se sentem traídos pelo país que herdam, ocupam o centro da cena.

O incêndio começou com a generalização dos saques e a estes se seguiram panelaços que tiraram as pessoas de casa e, então, o encontro espontâneo de milhares de argentinos produziu uma força crescente que empurrou os corações para as praças e, na capital portenha, até a Plaza de Mayo. O grito “o povo unido jamais será vencido!” foi retomado pela multidão com um novo tom que reverteu a intempérie. Foi a quebra do individualismo, da anorexia produzida entre quatro paredes a que nos condena a privatizadora política imperial.

A rebelião devolveu a memória, a cultura da rebeldia, da auto-estima, a força popular, foi o “já basta” de um povo farto, que voltou a ser povo ao se constituir coletivamente a partir de suas intuições comuns como sujeito da história. O saque foi um esforço de recuperar o que havia sido expropriado com selvageria pelo grande capital. Foi a insurreição da dignidade depois de décadas de apatia. A rebelião foi um ato de saúde que possibilitou a continuidade de forças. No instante em que começava-se a duvidar da capacidade de sermos humanos, de construtores de nossas vidas. Explodiu no limite da indignação do povo.

A chave para se compreender os saques maciços aos supermercados não está em explicações de caráter conspirativo e sim no maciço saque realizado pelo poder. Talvez nunca a América Latina tenha sofrido um saque político comparável ao da década passada. Com a cumplicidade e o amparo do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, sempre exigentes em “austeridade” na área social. O saque tem outros motivos que merecem ser interpretados com um olhar no futuro, como a perda de respeito pela propriedade privada e a legitimação da violência popular, da violência dos que estão em uma situação em que não apelar para tal recurso significa aceitar outra violência - a oficial, governamental.

A resposta à indignação do povo foi uma repressão selvagem. Pelo menos 31 mortos, centenas de feridos, 4.000 presos. O terrorismo de Estado mostrou a sua cara. E a classe média, que se acostumara nos últimos anos com o fato de a violência repressiva ter como vítimas principais os habitantes das zonas de exclusão, soube então que sua aliança com esses setores se pagava com a mesma moeda. O povo deu a vida para pedir que fossem embora os corruptos, que se deixasse de pagar a dívida externa, que tivessem fim os privilégios dos juízes e legisladores, que fossem libertados os presos políticos.

No auge da repressão, entre gases lacrimogêneos, entre as bombas, entre as balas, se distinguia o lenço branco nas cabeças grisalhas das Mães da Plaza de Mayo atravessando a praça para se dirigir ao chefe da operação e exigir o cessar da repressão, mesmo expondo seus corpos a golpes da polícia e a balas de borracha. As Mães participaram de todas as lutas sociais e, nesta última, quando fazia 24 anos que marcharam na Praza de Mayo, foram atacadas ferozmente. Golpeadas diante do silêncio cúmplice e perverso de deputados, senadores, sindicalistas pelegos e outros que, de seus covis, assistiam pela televisão ao que estava acontecendo. Elas seguem nos mostrando a necessidade de se jogar de corpo e alma em cada luta, de fazer da vida um ato de rebelião contra a passividade, contra a covardia, contra o conformismo. As Mães voltaram a ensinar que a única luta que se perde é aquela que se abandona. O povo não abandonou a luta e foi o presidente quem teve que renunciar.

Em 6 de dezembro, durante a Marcha nº 21 da Resistência das Mães da Praça de Maio, levantou-se a bandeira que hoje, mais do que nunca, deve marcar o compromisso político: "Resistência e combate contra o terrorismo de Estado". Contra o terrorismo de mercado que está castigando a imensa maioria da humanidade. Ou não são terroristas os métodos dos organismos internacionais que em escala planetária dirigem as finanças, o comércio e impõe sanções, ainda que matem por fome e não por bombas? Não estão fazendo em pedaços os direitos dos trabalhadores? Não estão assassinando as soberanias nacionais, as indústrias nacionais, as culturas nacionais?

O movimento popular vai analisar se o descrédito da política se esgota nesse limite ou se dá lugar a que se constituam novas formas de organização capazes de desafiar o conceito de política associada à batalha puramente institucional. Se é possível constituir um conceito e uma prática que sustentem uma batalha pelo poder popular, pela luta das ruas, pela rebelião, pela insurreição das consciências. Trata-se da multiplicação da educação popular com a marca da rebelião. A educação popular que cresce e se alimenta da resistência e que desemboca nessa batalha da busca coletiva de alternativas de poder popular. Trata-se de questionar o trabalho dos comunicadores empenhados em identificar a luta social com a barbárie.

A barbárie é, precisamente, a política capitalista que empurra as pessoas ao desespero, que converte mulheres, homens jovens e crianças em saqueadores. A barbárie é precisamente a extensão da fome em um país rico em alimentos. A barbárie é a insensibilidade do poder político que desencadeia a repressão para salvaguardar os superlucros dos credores externos, dos bancos, dos que "fizeram a América" às custas das maiorias. Frente à barbárie capitalista, a mesma que desencadeia guerras de extermínio contra povos que enfrentam a dominação norte-americana, se impõe recolocar o debate sobre uma alternativa. Pois não há "capitalismo humanizado", não há perspectivas para o povo nos padrões desse sistema.

* Graduando da FSS/UERJ e bolsista do PROEALC

## *Espaço Aberto*

### Entrevista

Entrevista realizada com José Batista de Oliveira, integrante da Coordenação Nacional do MST do Rio de Janeiro, durante a Semana Nacional da Cultura Brasileira e Reforma Agrária, na UERJ.

**PROEALC –** Quais os objetivos e estratégias do MST?

**José Batista –** O MST possui três grandes princípios: lutar pela terra, que é a democratização da terra como questão primordial mas acima de tudo, lutar pela reforma agrária que é algo mais amplo que é a questão da moradia, do crédito para produção, da educação, da dignidade humana e como terceiro grande princípio, propomos para a sociedade que é possível se construir um novo modelo de desenvolvimento, de relação humana de valores, na qual chamamos de transformação social. Esses três grandes princípios, lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar pela transformação da sociedade, foram definidos desde o início do MST, em 84. Então a luta pela terra, a luta pela reforma agrária no nosso caso, ela ganha uma dimensão de luta por um outro projeto, que não é só a reforma agrária, que é um projeto que leva em consideração os recursos que o país tem como a soberania nacional, a tecnologia, o povo que nós temos. A nossa luta ganha uma dimensão de disputa de projeto, porque nesse projeto econômico que nós temos atualmente, da forma que o Brasil esta sendo administrado pela elite brasileira, a reforma agrária não cabe nesse modelo. Hoje, o modelo econômico dá certo porque a terra está concentrada e a população está na periferia, ficando fácil aos meios repressores controlar a população quando esta reage através de lutas, manifestações, etc. Nos últimos anos de implementação desse modelo na agricultura, que só prioriza a monocultura para a exportação, que não tem subsídios para a pequena produção, 900 mil pequenas propriedades foram à falência, ou seja, se inviabilizaram 900 mil pequenos agricultores que já tinham a terra, que já trabalhavam e já tinham uma certa estrutura, mostrando o que esta em jogo é o capital, a grande empresa rural com grandes investimentos em tecnologia, com grandes subsídios, por isso que a nossa luta ganha essa dimensão de uma luta por um outro projeto.

**PROEALC –** Como se dá a ação do MST?

**José Batista –** A ação do MST se dá através de suas frentes, que chamamos de setores, como por exemplo o setor de educação, que obteve o reconhecimento oficial do próprio governo através do MEC, como sendo uma experiência mais apropriada para o campo, recebendo inclusive vários prêmios internacionais e nacionais. Hoje temos parcerias com mais de 60 universidades como a UNICAMP, UERJ, UFRJ, etc, como também na área de formação de professores de magistério e de pedagogos. Temos escolas de formação de cursos médios em administração de cooperativas, de técnico em comunicação alternativa, isso na escola nacional que funciona em Veranópolis, no Rio Grande do Sul, que é o Instituto Técnico de Capacitação de Pesquisa em Reforma Agrária. Ultimamente estamos transferindo todo os cursos que temos nessa escola para São Paulo, por uma questão de localização estratégica por estar no centro do país. No setor de produção priorizamos a questão da cooperação agrícola, como uma forma de resistência, pois o sistema não permite a viabilidade da pequena produção, por isso a cooperação agrícola é fundamental do ponto de vista da resistência. O nosso setor de comunicação desenvolve uma experiência da comunicação alternativa como o jornal sem-terra, a revista sem-terra e em algumas regiões temos experiência em rádios comunitárias que funcionam dentro dos assentamentos. Na área da saúde temos uma experiência riquíssima em manipulação de plantas e medicina alternativa, temos avançado dentro da questão da discussão do meio ambiente, nosso setor de produção chama-se setor de produção cooperação e meio ambiente porque a maioria das terras que nos conquistamos estão todas degradadas e aí há uma necessidade de trabalhar essa terra para que ela volte a produzir, até porque nos últimos tempos o governo cortou os créditos que foram conquistados pelos assentados que eram créditos especiais para a reforma agrária. A sociedade tem um entendimento de que a agricultura é um setor econômico como os outros produtivos mas, na nossa concepção, isso não é verdade pois produzir alimento é uma coisa tão delicada e tão importante que em quase todo os países existe crédito para subsidia-la, no nosso caso o governo brasileiro cortou esses recursos. Para nós o setor de agricultura não é um setor produtivo qualquer que nem a industria automobilística, que se você coloca a peça sai o carro. Infelizmente, na nossa sociedade, a cultura hoje está se transformando em uma questão de mercado, produzir em larga escala, é por isso que surge a indústria dos transgênicos, a qual combatemos, não por que somos contra tudo, mas porque isso não leva em conta a questão da soberania alimentar do país, a questão da qualidade. Nós estamos discutindo hoje no setor de produção e meio ambiente a questão das sementes como um patrimônio da humanidade que estão sendo patenteadas, que estão sendo transformadas em patrimônio de empresas multinacionais. A lei dos transgênicos, por exemplo, ela não é nada mais que a apropriação do conhecimento do povo; o povo conhece a semente, conhece os remédios naturais, ele exige a produção de alimentos naturais, só que, quem tem o monopólio do veneno e do adubo não pode sair do mercado. Então eles vão buscar o monopólio da semente. Isso quer dizer que, se você colher um produto transgênico, você não vai poder plantar a semente, ou seja, você vai ter que comprar da empresa outras sementes criando assim uma dependência. Hoje o que está se projetando para a agricultura do Rio de Janeiro é o plantio de eucalipto para a indústria de celulose, que é um grande absurdo para o meio ambiente e para a pequena produção, e quem vai lucrar é a grande empresa que se chama ARACRUZ CELULOSE, que já toma conta de uma grande parte do Rio e da Bahia. Em São Paulo o projeto da elite é transformar o estado no maior produtor de carne bovina do mundo, com grande tecnologia de confinamento e de produção de grãos para a ração. Nós temos uma experiência de uma agroindústria de leite, nossa, que produz 250 mil litros de leite por dia. Hoje o preço do litro do leite custa R$ 0,25 para o produtor vender para as grandes industrias de laticínio. A embalagem, que é aquela de longa vida, é produzida por uma empresa multinacional (Tetrapark), que detêm o monopólio da produção, só ela vende esse produto aqui no Brasil, custa também R$ 0,25. Então o custo do leite é 50% do custo final do produto só tirando o leite e a embalagem, quer dizer, a elevação do custo de produção, ou seja, a viabilidade de uma pequena indústria se dá pelos monopólios que se tem, mesmo entrando com um produto transformado no mercado, nós não dominamos todo o processo de transformação. Se o leite fosse vendido em garrafas de vidro, assim como é a cerveja, ele custaria algo próximo dos R$ 0,40 ao consumidor. Hoje o que se esta em jogo não é se as famílias vão ter viabilidade econômica ou se a população vai ter um produto de qualidade, mas sim o mercado, por isso a nossa luta pela terra, pela reforma agrária, ganha uma dimensão que às vezes a sociedade não entende o porque.

**PROEALC –** Como responde o MST as elites dirigentes?

**José Batista –** A elite brasileira não entende a nossa linguagem a não ser pela ocupação de terra, de mobilização enfrente aos prédios públicos ou de marchas etc. A ocupação para nós é questão vital, nós gostaríamos de que isso não fosse preciso, de que fosse feito de uma outra forma como prevê a Constituição brasileira, através da reforma agrária.

## *Livros lançamentos*

* Mercosul em Debate, org. de Silene de Moraes Freire. EdUERJ, 2001.

## *Agenda Acadêmica*

* 17 de junho - debate Integração Regional e Resistência à ALCA. Na UERJ, às 19h, no Pavilhão João Lyra Filho, 9o andar, aud. 91. Na ocasião haverá o lançammento do Livro “Mercosul em Debate”. O evento será gratuito e serão fornecidos certificados.

**Expediente**

***Reitor***
Profª Nilcéia Freire
***Vice-reitor***
Profº Celso Pereira de Sá
***Sub-reitor de Graduação***
Profº Dr. Isac José Vasconcellos
***Sub-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa***
Profª Dra. Maria Andréa Loyola
***Sub-reitor de Extensão e Cultura***
Profº Dr. André Lázaro
***Diretora do Centro de Ciências Sociais***
Profº Dra. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves
***Coordenadora do PROEALC***
Profª Dra. Silene de Moraes Freire
***Editora Responsável***
Profª Dra. Silene de Moraes Freire

***Assistentes Editoriais***
Bruno Jorge de Oliveira Pedreira (PROEALC/CCS/UERJ) e Rosane Rezende de Lima (PROEALC/CCS/UERJ)
***Coordenação de Produção***
Bruno Jorge de Oliveira Pedreira
***Colaboradores***
Aline Silveira de Assis (FSS/UERJ), André Felipe Carvalho Silva (FSS/UERJ), Douglas Ribeiro Barbosa (FSS/UERJ) e Viviane Pereira Costa (FSS/UERJ)
***Projeto Gráfico***
Érica Fidelis (NAPE/DEPEXT/UERJ)
***Diagramação***
Bruno Jorge de Oliveira Pedreira (PROEALC/CCS/UERJ)
***Revisão***
Equipe PROEALC